

A tragédia da Baía

Jerson Kelman

A “tragédia dos comuns” se observa quando a soma dos interesses individuais atenta contra o interesse coletivo. O fenômeno foi originalmente explicado pelo matemático W.F. Lloyd num famoso panfleto publicado em 1833 por meio da descrição da evolução de uma pastagem compartilhada por um grupo de pastores. Cada um deles coloca mais e mais animais de sua propriedade na área comum com o objetivo de obter o máximo ganho individual, mesmo depois que a população de animais ultrapassa o limite do que a pastagem seria capaz de suportar. Resultado: os animais vão ficando cada vez mais magros e todos os pastores perdem.

O mesmo tipo de fenômeno ocorre quando se lança lixo e esgoto sem tratamento nos rios, lagos e baías. A insuficiência de saneamento básico faz com que a Baía de Guanabara esteja no estado que está. Nessas situações a mão invisível do mercado precisa de uma ajuda para evitar a tragédia dos comuns. É preciso a intervenção do Governo.

Porém, o Governo em geral intervém de forma ineficiente, por meio de grandes obras públicas. Há governantes que enchem a boca para proclamar quantos milhões gastaram em obras de saneamento. Porém, tão importante quanto saber quanto se gasta é saber como se gasta. Lamentavelmente na maioria das obras públicas a única preocupação é com o cronograma para a inauguração, de preferência coincidente com o período eleitoral. Depois de inaugurada, nenhuma preocupação com o funcionamento. E se faltar a “matéria prima” na estação de esgoto porque a rede de coleta não foi construída ou foi construída, mas não foram feitas as conexões com as residências? Bem... esse é um pequeno detalhe, diria o burocrata que mede o progresso pela quantidade de dinheiro dispendido pelo Governo. E assim se vai construindo uma manada de “elefantes brancos”, espalhados pelo país.

Alternativamente, o modo eficiente de intervenção governamental se daria na forma de Parceria Público Privada, na qual o Governo pagaria pelo serviço prestado, não pela construção da infraestrutura. No caso do saneamento, empresas privadas ou públicas construiriam as redes de coleta e estações de tratamento por sua conta e risco. Em troca, receberiam do Governo, ao longo do período de funcionamento, xis centavos por metro cúbico de esgoto efetivamente tratado, em vez de ganharem um montão de dinheiro pelas obras de engenharia realizadas.

Para as estações de tratamento em funcionamento, principalmente na área de contribuição da Baía de Guanabara, a administração estadual deveria medir e divulgar periodicamente a quantidade de lodo corretamente depositada nos aterros sanitários. Seria uma maneira de medir quanto esgoto de fato está sendo tratado e não do que teoricamente seria possível tratar.

Jerson Kelman é professor da COPPE-UFRJ e ex-presidente da Agência Nacional de Águas – ANA

Publicado em O Globo em 28 de agosto de 2014